

Semântica argumentativa: esboço de uma descrição do sentido do discurso

Prof^a. Dr. Tânia Maris de Azevedo*

Todo falante nativo é capaz de, pela leitura¹, identificar e reconhecer um texto, bem como distingui-lo de um “não-texto”². No entanto, em total descompasso com essa habilidade mais ou menos intuitiva dos falantes de denominar *texto* certas entidades lingüísticas estão as dificuldades de muitos desses falantes em compreender e produzir o que eles chamam *texto*, apesar de diversas teorias terem sido construídas no sentido de explicar seu funcionamento ou mesmo de alguns estudiosos terem tentado estabelecer etapas e procedimentos a serem seguidos tanto para a leitura como para a produção de tais entidades.

Ciente dessas dificuldades, por ter atuado no ensino de língua materna em nível de Educação Básica (tanto nos anos iniciais quanto nos anos finais do Ensino Fundamental e Médio) e Ensino Superior (tanto na Licenciatura em Letras como em outros diferentes cursos de graduação e pós-graduação), elaborei minha tese de doutorado, intitulada *Semântica Argumentativa – uma possibilidade para a descrição do sentido do discurso*³, em que propus o redimensionamento de alguns conceitos metodológico-operacionais da *Teoria da Argumentação na Língua* (TAL), de Oswald Ducrot e Marion Carel – mais especificamente, de sua última versão, a *Teoria dos Blocos Semânticos* (TBS) –, com a finalidade de aplicá-la à descrição semântico-argumentativa do discurso.

Tal redimensionamento deu origem a um novo modelo teórico-metodológico, cuja construção se justifica na medida em que a referida teoria foi proposta para a descrição semântica de unidades lingüísticas ditas de nível simples como a *palavra* e o *enunciado*, não abarcando, portanto, o nível complexo da realização lingüística representado pelo *discurso*.

* Docente da Universidade de Caxias do Sul.

¹ Não entrarei aqui no mérito da discussão sobre a existência de textos orais ou escritos, já que o que me interessa é a estrutura semântica subjacente ao texto, independentemente de sua forma de realização. Quando menciono leitura e/ou produção, estou me referindo a texto escrito, que é, inclusive, a referência mais comum.

² Aqui, novamente, não discutirei o conceito de *não-texto*; utilizo-o na sua acepção mais empírica.

³ A qual foi publicada sob o título *Em busca do sentido do discurso*. Caxias do Sul: EDUCS, 2006.

Conseqüência natural de uma investigação que se pretende científica é a testagem do modelo criado para posterior aplicação como ferramenta de novos processos investigativos. Na direção dessa testagem é que se configura o presente artigo, no qual pretendo fazer uma primeira tentativa de aplicação do modelo por mim proposto na descrição do sentido de um discurso extraído de um livro didático.

Antes de dar seqüência a esta tarefa, penso ser prudente fazer alguns esclarecimentos. Primeiro, o de que a verificação da exeqüibilidade e da eficácia do modelo proposto é apenas a primeira etapa de um estudo bem mais amplo rumo à transposição didática desse modelo para o ensino de língua materna, fim último e essencial do trabalho iniciado em minha tese.

O segundo esclarecimento diz respeito à configuração do *corpus* para a aplicação do modelo: uma vez que o pressuposto básico da Semântica Argumentativa de Ducrot é o de que a argumentação constitui o sentido das realizações lingüísticas por estar inscrita na própria língua, para testar um modelo de descrição semântica de unidades complexas como o discurso não haveria necessidade de se fixar o tipo ou gênero discursivo a que tal modelo se aplicaria. Se a argumentação está na língua, como querem Ducrot e Carel, sua proposta deve poder ser aplicada à descrição do sentido de qualquer unidade de realização de uma dada língua. No momento em que o modelo por mim criado tem seus alicerces na TAL, então sua testagem poderá ser feita em qualquer gênero discursivo. Entretanto, dados os limites próprios de um processo investigativo, optei por começar a verificação do modelo em textos integrantes de livros didáticos destinados ao Ensino Fundamental (mais especificamente aos anos finais desse nível de ensino), de diferentes componentes curriculares – Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia. Neste artigo, apresentarei a descrição do sentido de um discurso extraído de um livro de Geografia, de 5ª série⁴.

Em terceiro lugar, mas não em uma escala de importância, é preciso dizer que este trabalho não pretende pôr um fim à discussão acerca da leitura e da produção de textos/discursos, nem sequer apontar uma solução mágica para a conseqüente empreitada de ensinar (se é que isso é possível) a compreender e produzir tais entidades lingüísticas. O que tenciono aqui é propor mais uma possibilidade – nem a melhor, nem, talvez, a mais simples ou adequada, apenas uma outra possibilidade – de caracterizar

⁴ O critério para seleção dos livros dos quais serão extraídos os textos para aplicação do modelo por mim criado foi o de integrarem o conjunto de livros didáticos aprovados pelo *Programa Nacional do Livro Didático*, do Ministério da Educação.

semanticamente esta entidade lingüística complexa que é o *discurso*, para que, *a posteriori* e a partir desse outro olhar, possam, quem sabe, ser vislumbradas estratégias didáticas mais eficazes para o aprendizado da leitura e da produção discursivas.

Diante disso, passo a apresentar sucintamente o modelo criado, que assume a configuração, como diz Ducrot⁵, de uma *máquina* capaz de simular o sentido atribuído pelos falantes a um discurso para, a partir daí, descrever a significação da estrutura argumentativa subjacente a esse discurso: a significação do texto. Dito de outro modo, proponho uma representação lingüística da significação, da estruturação argumentativa de um texto, representação esta que se constitua numa descrição do sentido veiculado pelos discursos, os quais, por seu turno, realizam tal entidade abstrata e subjacente que é o *texto*.

Torna-se necessário abrir aqui um parêntese para explicar ao menos dois pressupostos dos quais me vali para a construção do referido modelo: o primeiro deles diz da razão do uso dos termos *texto* e *discurso* em circunstâncias determinadas e com finalidades distintas; o segundo, refere-se à concepção metodológica da Semântica Argumentativa, que me serve de fundamento para a formulação das hipóteses, as quais, por sua vez, tornarão viável o funcionamento da *máquina*.

A utilização do par de conceitos *texto/discurso* tem como primeiro alicerce a distinção feita e mantida por Ducrot ao longo de seus estudos (e cuja base, segundo ele mesmo, está na oposição *língua/fala*, de Saussure) entre *material lingüístico* e *realização lingüística*.

Material lingüístico é o correspondente à *língua* saussuriana, ou seja, uma espécie de conjunto sistêmico de estruturas, de entidades abstratas, o qual persiste nos múltiplos e diferentes empregos que o falante faz de uma dada língua. Contrastivamente, *realização lingüística* (equivalente à *fala*, em Saussure) é o que pode ser observado pelo pesquisador, uma vez que é a manifestação, a concretização, pelas produções do falante, daquelas estruturas que constituem o *material lingüístico* do qual ele dispõe para suas interlocuções consigo mesmo, com os outros e com o mundo.

A partir daí, Ducrot (1984) define, na mesma relação de oposição, *frase/enunciado*: (a) *frase* (e, analogamente, neste trabalho, *texto*), como o *material lingüístico*, a entidade abstrata, de nível teórico-metodológico, criada pelo lingüista⁶

⁵ Em obras como as de 1980, 1987 e a de Anscombe e Ducrot, 1994, só para citar algumas.

⁶ Ou *abstraída* por ele desde sua observação das *realizações* produzidas pelos falantes.

para descrever o sentido dos enunciados de uma língua, pois *frase* assume o *status* de estrutura que subsiste às diferentes realizações que dela faz o enunciado (equivalente ao que chamo, no âmbito deste estudo, *discurso*); e (b) *enunciado*, como manifestação *datada, circunstancial*, isto é, produzida pelos falantes em um lugar e um tempo determinados, entidade concreta, realidade empírica que se constitui em uma das múltiplas possibilidades de realização da *frase*.

O segundo elemento balizador para a distinção *texto/discurso* é proposto por Ducrot (1984)⁷. Neste texto, o autor afirma que a *realização lingüística* – seja ela entendida como *o que é realizado* (o *enunciado* ou o *discurso*), como *acontecimento* (a *enunciação*), ou ainda como *o processo de produção* (a *atividade lingüística*) – ocorre em dois níveis: o nível *elementar*, do qual fazem parte a *frase* e o *enunciado*; e o nível *complexo*, constituído pelo *texto*, como seqüência⁸ de frases, logo, igualmente compreendido como entidade abstrata subjacente aos discursos realizados, e pelo *discurso*, como seqüência de enunciados interligados, por isso, também entendido como entidade concreta, manifestação/realização do *texto*.

Para a diferenciação desses dois níveis da realização lingüística, Ducrot (1984) propõe caracterizar uma seqüência de signos como sendo de nível simples quando o locutor *põe em cena* um único ato de enunciação, produzindo, portanto, apenas um enunciado. De nível complexo, é por ele considerada a produção do locutor que resulta em uma seqüência de enunciados interconectados, na qual uns se apóiam nos outros recursivamente, isto é, a atualização dessa seqüência deverá redundar num discurso.

A *Teoria dos Blocos Semânticos*, desenvolvida por Marion Carel e Oswald Ducrot, só vem corroborar essa idéia de complexidade e de interconectividade do texto e do discurso, pois sustenta que a relação argumento-conclusão, anteriormente descrita como de justificação, é, na verdade, de interdependência semântica, visto que não é o argumento que aponta para uma determinada conclusão, justificando-a ou demonstrando-a, mas tanto argumento como conclusão definem-se em termos de sentido reciprocamente: se o argumento adquire sentido em função da conclusão que convoca, o sentido da conclusão só se define em função do argumento ao qual se

⁷ E que creio válido inclusive para a versão mais recente da Semântica Argumentativa, a *Teoria dos Blocos Semânticos*.

⁸ *Seqüência*, aqui, não deve ser entendida como *ordem* ou *soma*, mas como *segmento, conjunto sistêmico*, isto é, um *todo* cujas *partes* estão intimamente relacionadas e que é impossível de ser assim reconhecido senão pela interdependência de seus constituintes.

relaciona. Nessa perspectiva, a argumentação se caracteriza pela interdependência de sentido dos segmentos argumento e conclusão que compõem, justamente por essa interdependência, um *encadeamento argumentativo*, podendo este assumir duas formas (que, por seu turno, expressam dois aspectos, o normativo e o transgressivo): *A DC C* e *A PT neg-C*⁹, em que *A* é o segmento-argumento, *C* o segmento-conclusão, *DC* ou *PT* os conectores *DONC* ou *POURTANT* e *neg*, o indicador da negação. Estes encadeamentos são, com efeito, realizações de uma mesma entidade semântica unitária e impossível de ser dividida: o *bloco semântico*.

Pode-se ver, inclusive nessa última versão da *Teoria da Argumentação na Língua* (TAL), que a oposição metodológica, tipicamente estruturalista, entre entidade concreta e abstrata permanece, embora redimensionada agora por meio dos conceitos de *encadeamento argumentativo* e *bloco semântico*. É exatamente essa oposição que me faz pensar que os grandes princípios da TAL continuem a orientar a descrição do sentido das entidades lingüísticas, e é precisamente por meio dessa oposição que pretendo atingir o objetivo aqui posto.

Acresça-se a tudo isso, que não é a quantidade de enunciados, mas a forma como se relacionam que faz de um discurso uma realização lingüística de nível complexo, uma organização semanticamente sistêmica, quer pela intrincada rede de relações que a configura, quer pela unicidade que essa rede lhe confere.

Nos limites deste estudo, *texto* e *discurso* – material lingüístico e realização desse material, respectivamente – são, pois, compreendidos como duas unidades lingüísticas semanticamente complexas que se constituem de uma rede de relações estabelecida entre subunidades interconectadas recursivamente – frases e enunciados, blocos e encadeamentos – e que são dotadas de sentido somente na medida em que contribuem para a descrição do sentido da unidade maior. Na verdade, *texto* e *discurso* são sistemas que só poderão ser compreendidos ao ser interpretada cada uma de suas partes, bem como as relações existentes entre essas partes; ou melhor: cada parte, dada a complexidade do próprio sistema, só poderá ser compreendida, só adquirirá sentido na(s) relação(ões) que estabelece com as demais, logo, com o todo.

⁹ DC é a abreviatura usada por Ducrot e Carel para o conector DONC, que, em Português, na maioria dos casos, equivaleria a PORTANTO, enquanto PT é usada para o conector POURTANT, cujo equivalente em Português seria, normalmente, NO ENTANTO. No âmbito deste trabalho, por se tratar de uma entidade abstrata, teoricamente criada, logo, uma metalinguagem, prefiro manter as abreviaturas em Francês.

Além disso, e sempre de acordo com o que propõe a Semântica Argumentativa, usarei o termo *significação* para me referir ao valor semântico das unidades abstratas, a *frase*, o *bloco* e o *texto*, e o termo *sentido* para o valor semântico das entidades concretas, o *enunciado*, o *encadeamento* e o *discurso*.

Antes de passar à apresentação e ao desenvolvimento das hipóteses que, operacionalmente, deverão dar conta da descrição semântica do texto, é preciso fundamentar a idéia, presente no objetivo aqui formulado, de construção de uma *máquina* capaz de simular a interpretação dos discursos pelos falantes.

A Semântica Argumentativa, principalmente pelo que coloca Oswald Ducrot, desde 1973¹⁰, afirma ser a simulação o método capaz de permitir ao lingüista a descrição semântica de uma língua. Ao dizer isso, Ducrot propõe que a pesquisa lingüística deva ser organizada em duas etapas teoricamente sucessivas. A primeira, que ele chama etapa empírica, é a de isolar e observar certos fenômenos que são produzidos na natureza independentemente da observação do sujeito. A segunda é aquela em que o pesquisador construiria uma *máquina*, material ou abstrata, capaz de reproduzir os fenômenos isolados e observados na primeira etapa.

Conforme o semanticista, nesse mesmo texto, a reprodução da natureza por uma construção artificial tem por finalidade maior possibilitar a formulação de hipóteses sobre o *processo escondido que comanda o fenômeno observado*. Nesse sentido, presume-se que, na natureza, existam mecanismos semelhantes a estes que devem ser introduzidos na máquina, ou, ainda, que a realização natural do fenômeno contenha as mesmas etapas que devem ser explicitadas e diferenciadas em sua simulação.

Uma pesquisa fundada sobre a simulação, de acordo com Ducrot, conduz à elaboração de dois tipos de hipótese. Num primeiro momento, as *hipóteses externas* – referentes à fase empírica da observação e, portanto, anteriores à construção da máquina de simulação – dizem respeito às decisões que o pesquisador deverá tomar ao longo dessa etapa quanto à aplicação dos conceitos gerais por ele dominados à especificidade dos fenômenos. Dito de outra forma, são as decisões que determinarão os *fatos*, os observáveis, enfim, o objeto a ser reproduzido pela máquina, uma vez que elas nortearão, delinearão e recortarão o que deverá, e até mesmo poderá, ser observado. Em

¹⁰ Data de publicação do texto original correspondente ao capítulo III – A Descrição Semântica em Lingüística – de *O dizer e o dito*, publicado, em Português, em Ducrot, 1987.

texto mais recente¹¹, o autor diz ser coextensivo a toda descrição lingüística criar suas próprias observações, e é justamente esse conjunto de decisões que configuram as hipóteses externas o que permite essa criação.

As *hipóteses externas* de Ducrot nada mais são do que o aporte teórico estudado e conhecido, as experiências já realizadas ou vividas, enfim, os saberes já adquiridos pelo sujeito conhecedor, a lupa bem delineada e nada ingênua pela qual ele observa o fenômeno escolhido como objeto de estudo. O próprio Ducrot¹² diz, em reforço a tudo isso:

todo mundo sabe que uma observação não poderia ser teoricamente inocente, que ela implica sempre um começo de descrição: ela implica pelo menos que os fatos observados tenham sido subsumidos a conceitos, e ela supõe, portanto, a adequação destes conceitos, considerados como extraindo dos fenômenos somente seus caracteres pertinentes.

O segundo tipo de hipóteses que o método da simulação permite formular é aquele que concerne às *hipóteses internas*, estas referentes à própria construção da máquina, ou seja, da teoria criada para descrever e explicar o fenômeno observado. As *hipóteses internas* são elaboradas sempre que o pesquisador decide introduzir na máquina determinados mecanismos ou agir, na simulação do fenômeno, de tal ou tal forma, segundo esta ou aquela etapa, este ou aquele procedimento.

Em Semântica Argumentativa¹³, a formulação das hipóteses internas implica em criar entidades abstratas, em estabelecer sua correspondência com os observáveis e em construir um aparato formal que possibilite calcular, entre entidades abstratas, relações semelhantes àquelas postuladas entre os observáveis correlativos.

É importante salientar que as hipóteses externas¹⁴, por servirem para o estabelecimento do objeto que a máquina deverá imitar, não poderão, depois de formuladas, ser discutidas sob pena de tornarem difícil, ou mesmo impossível, a tarefa de simulação. Elas possibilitam avaliar se o mecanismo construído (as hipóteses internas) é adequado para a explicação do fenômeno, mas não o inverso. Na verdade, as hipóteses internas implicam (é o que o autor chama seu *custo teórico*) as hipóteses externas, quer dizer, se a observação se funda em um referencial teórico e é este

¹¹ Ducrot, 1994, p. 117 – texto publicado em 1978.

¹² Ducrot, 1987, p. 50.

¹³ Cf. Ducrot, 1994, p. 117, cujo texto original (correspondente ao capítulo II *Leyes lógicas y leyes argumentativas*) foi publicado em 1978.

¹⁴ Cf. Ducrot, 1987, p. 51 – artigo publicado originalmente em 1973.

referencial que permite a construção do modelo que vai explicar o fenômeno observado, as hipóteses internas estão apoiadas nas externas e, portanto, estas últimas, ao serem questionadas, põem por terra não só o modelo proposto mas também o referencial que o fundamentou. É nesse sentido que Ducrot se refere ao *custo teórico* das hipóteses internas como o fato de estarem atreladas às externas: em assumindo as últimas, não há como não assumir as primeiras.

Essas colocações me são importantes, pois, ao apresentar e desenvolver minhas hipóteses para a descrição semântica do discurso, posso me deparar com esse custo teórico apontado por Ducrot, o que, com efeito, não invalida minha pesquisa, uma vez que o próprio autor afirma que a semântica lingüística é uma *pesquisa científica incapaz de justificar suas hipóteses externas independentemente de suas hipóteses internas*¹⁵ e que, diante dessa situação, o único objetivo racional para uma pesquisa fundada nessa perspectiva teórica é o de explicitar as relações existentes entre os dois tipos de hipótese. Segundo ele, as proposições que podem ser formuladas em semântica lingüística (e foi precisamente isso que fiz ao longo da construção de minha máquina para a descrição do sentido do discurso) são *condicionais*, em geral, expressas formalmente assim: *Em se admitindo tal hipótese interna, deve-se admitir tal hipótese externa; em se admitindo tal modelo, devem-se ver os fenômenos languageiros de tal forma; ou ainda, tal teoria implica tal viés na observação [...]*¹⁶.

No domínio deste estudo, aceitar o conteúdo de cada hipótese interna formulada significa admitir da mesma forma as hipóteses externas que as fundamentam e, inclusive, as relações existentes entre as hipóteses internas e destas com as hipóteses externas.

Feitas essas considerações, passo a explicitar as proposições da Teoria da Argumentação na Língua, incluindo a Teoria da Polifonia e a Teoria dos Blocos Semânticos, que me serviram de hipóteses externas para a elaboração das minhas hipóteses internas de descrição semântica para as entidades lingüísticas complexas: o *texto* e o *discurso*.

As hipóteses externas

¹⁵ Ducrot, 1980, p. 30 – tradução minha.

¹⁶ Idem, *ibidem*.

Na verdade, convém relembrar que a divisão entre as hipóteses internas e externas é meramente uma formalidade, uma vez que, como já disse, além de haver uma relação de interdependência entre elas, uma pode assumir a posição da outra conforme o desenrolar da pesquisa.

Entretanto, e até que se prove o contrário, indicarei a seguir as hipóteses internas da Teoria da Argumentação na Língua (TAL) que, nos limites deste estudo, adquirem a configuração de hipóteses externas.

A primeira delas, e que funda a Semântica Argumentativa, sendo defendida e desenvolvida até hoje, chama-la-ei **HE1**, pode ser assim formulada: *a argumentação está na língua*.

Para os teóricos da TAL, no próprio sistema lingüístico que rege toda a produção languageira está inscrita a argumentação – ou seja, o encadeamento semântico de argumentos e conclusões –, e que só é possível descrever a significação das entidades que compõem esse sistema em termos das relações argumentativas que mantêm umas com as outras. Além disso, vale ressaltar que não só os conectores e operadores mas inclusive as palavras plenas da língua (substantivos e verbos) convocam encadeamentos argumentativos.

Mesmo na concepção polifônica, que alguns poderiam usar como objeção ao que acabei de mencionar, o sentido de uma entidade lingüística é descrito pela posição adotada pelo locutor em relação aos vários enunciadores que o enunciado põe em cena. De fato, mais uma vez, o sentido de um enunciado é interpretado pelo ponto de vista assumido, defendido ou rejeitado pelo locutor desse enunciado, logo, pela argumentação posta em cena e sustentada pelo locutor.

Dada HE1, minha **HE2** passa a ser algo como: *o sentido de uma entidade lingüística concreta pode ser descrita em termos de encadeamento argumentativo, este composto de um segmento-argumento e um segmento-conclusão, os quais mantêm entre si uma relação de interdependência semântica*. Formulada no que concerne às entidades lingüísticas abstratas, HE2 é assim expressa: *a significação de uma entidade lingüística abstrata pode ser descrita pela relação entre dois conceitos, que formam um bloco semântico, unitário e indivisível*.

Como diz Carel (1998), é somente de forma conjunta que os dois segmentos, argumento e conclusão, têm sentido. O que a autora considera fundamental é que

os dois segmentos de um encadeamento com *pourtant* compartilham com os dois segmentos de um encadeamento com *donc* a propriedade de ser interpretáveis somente de forma conjunta: da mesma forma que o encadeamento com *donc*, é o encadeamento com *pourtant* o que tem sentido, e não os segmentos que esse conector une¹⁷.

A autora, ainda neste mesmo artigo, afirma que o que há de comum entre *A DC C* e *A PT neg-C* é o fato de ambos os encadeamentos serem duas realizações diferentes de uma mesma entidade semântica. Os dois encadeamentos realizam um mesmo *bloco semântico*, unitário e indivisível, e é por meio desta entidade abstrata que se pode descrever o sentido das entidades concretas de uma língua (o *enunciado* e o *discurso*).

Desde essa perspectiva, o *encadeamento* é, então, uma estrutura sintática que se constitui na realização de uma entidade semântica unitária: o *bloco semântico*, este como expressão do valor semântico de uma entidade lingüística.

Derivada de HE1 e de HE2, minha **HE3** pode ser enunciada da seguinte forma: *o valor semântico de uma entidade lingüística abstrata (sua significação) deverá ser descrito a partir do valor semântico (do sentido) de pelo menos uma das entidades lingüísticas concretas que a realizam.*

Tanto já foi dito aqui sobre o conteúdo dessa hipótese, sobre sua filiação à oposição metodológica *langue/parole* de Saussure, que não vejo sentido em explicá-la mais uma vez. No entanto, percebo nela imbricadas duas outras hipóteses (chamarei subhipóteses) que precisam ser explicitadas. São elas: **HE3.1**, *a significação de uma entidade abstrata, seja ela de nível elementar ou complexo, corresponde às possibilidades de formação de blocos semânticos que essa entidade é capaz de gerar; e HE3.2, *o sentido de uma entidade concreta, de nível elementar ou complexo, equivale aos encadeamentos argumentativos por ela realizados desde os blocos semânticos inscritos/previstos no sistema lingüístico.**

Essas duas últimas hipóteses confirmam a característica fundamental de um sistema lingüístico, a recursividade estrutural a ser explicitada se se quer descrever esse sistema do ponto de vista semântico. Como pensava Saussure, a *langue* normatiza, regula a *parole*, que, por sua vez, redefine e faz evoluir a própria *langue*. Reconheço na proposta da Semântica Argumentativa essa mesma recursividade: pela observação das

¹⁷ Carel, 1998, p. 269 – tradução minha.

entidades concretas (o *enunciado*, o *encadeamento*, o *discurso*), pelo que é efetivamente produzido pelos falantes de uma dada língua é que o semanticista pode – criando entidades abstratas que simulem tal produção (a *frase*, o *bloco*, o *texto*), estruturas que se mantêm constantes ao longo das diferentes realizações que delas fazem as entidades concretas – descrever semanticamente esse sistema. Em termos saussurianos, é pela *fala* que se chega a descrever a *língua*.

A partir daqui dou início à construção da *máquina* que julgo ser capaz de simular a compreensão, por parte dos falantes de uma língua, dos discursos por meio dela produzidos, criando pelo menos alguns dos mecanismos necessários à descrição da entidade abstrata que subsiste a essa produção: a descrição semântico-argumentativa do *texto*.

As hipóteses internas

Tendo por fundamento primeiro o conteúdo de HE1 – a saber, que a língua traz inscrita, prevista em si a argumentação –, minha primeira hipótese interna para a descrição do sentido dos discursos de uma língua pode ser assim elaborada: **HI1** – *a Teoria da Argumentação na Língua (TAL) fornece mecanismos para a descrição de entidades lingüísticas complexas como o texto e o discurso*.

Penso que a evolução da TAL, mais especificamente com a elaboração da *Teoria dos Blocos Semânticos*, não significou o abandono ou a negação de todos os pressupostos e conceitos das versões anteriores. Nesse sentido, acredito que seja possível ampliar os limites da descrição semântica proposta pela TAL para além do enunciado, ou seja, creio que as “ferramentas” criadas por essa teoria sejam perfeitamente capazes de viabilizar a descrição semântica de entidades complexas como o discurso.

A primeira dessas ferramentas é o par de conceitos *encadeamento argumentativo/bloco semântico*, e a segunda, a ser integrada na tarefa a que me proponho é a *concepção polifônica do sentido*, com os conceitos de que faz uso.

Tentarei esclarecer, primeiramente, como pretendo expandir esses conceitos para a descrição dos discursos e, depois, por meio de outras hipóteses internas, fazê-los operar sobre o objeto deste estudo: o sentido do *discurso*.

Começarei pelo par *encadeamento argumentativo/bloco semântico*. De fato, o conceito de *encadeamento* já é utilizado na TAL bem antes de sua última versão, a grande diferença é que nas versões anteriores um *encadeamento* era visto como um processo de justificação em que o segmento-argumento estava orientado para o segmento-conclusão, em outras palavras, era a conclusão que determinava o sentido do argumento, e a passagem do argumento para a conclusão, de modo a que os dois segmentos formassem efetivamente um *encadeamento argumentativo* era feita por um terceiro elemento, uma garantia: o *topos*¹⁸. Um *enunciado* era tido, então, como um encadeamento de segmentos orientados argumentativamente e que necessitava de um princípio argumentativo para garantir a união de seus segmentos e, por conseguinte, a realização da argumentação instituída no sistema lingüístico.

Tanto era assim que Ducrot (1988) definia como *valor argumentativo* de uma entidade lingüística a orientação que essa entidade conferia ao discurso em que estivesse inserida. Isto é, o valor argumentativo de uma palavra, por exemplo, era o conjunto das possibilidades ou impossibilidades de continuação discursiva que seu emprego estabelecia.

Com a proposta de Carel é que a TAL passou a ver o *encadeamento argumentativo* como a inter-relação semântica dos segmentos argumento e conclusão, como a realização de uma entidade indivisível, o *bloco semântico*. Conseqüentemente, a argumentação deixou de ser concebida como uma justificação, à semelhança de uma demonstração matemática e, portanto, ainda ligada à vericondicionalidade, para ser vista como puramente lingüística, representando unicamente *as restrições nas quais nos encerra o discurso, e as possibilidades que nos abre*¹⁹. Argumentar²⁰, desde essa nova versão, consiste apenas em convocar blocos semânticos e tornar os encadeamentos que os realizam coerentes com esses blocos. É justamente por convocar blocos semânticos que os encadeamentos em *donc* ou em *pourtant* se constituem enunciados argumentativos.

Pois muito bem, o que proponho é que essa mesma entidade semântica que é atualizada pelos enunciados de uma língua seja também atualizada pelos discursos dessa mesma língua. Por outras palavras, acredito que o *discurso* realize

¹⁸ Para maiores esclarecimentos sobre a noção de *topos*, ver Ducrot, 1989.

¹⁹ Carel, 1998, p. 296.

²⁰ Segundo Carel, 1997, p. 33.

lingüísticamente um *texto*, entidade abstrata e que poderia ser traduzida em um bloco semântico.

Entretanto, antes de explicitar melhor essa idéia, que será mais adiante formulada em termos de hipótese interna, preciso retomar o segundo grande conceito da TAL que me servirá de instrumento para esta proposta de descrição das entidades lingüísticas complexas: o conceito de *polifonia* e a correspondente concepção polifônica do sentido.

Ducrot sempre defendeu a tese de que os enunciados são polifônicos, no sentido de que põem em cena, por meio de um locutor, várias vozes, vários pontos de vista aos quais ele chamou *enunciadores*. Ora, se a argumentação está prevista na língua, determinando, portanto, a significação de suas entidades, o sentido de um enunciado, nessa perspectiva, é descrito pela posição que o locutor assume em relação aos vários pontos de vista que atualiza por meio do enunciado.

Consoante a concepção polifônica do sentido, descrever semanticamente um enunciado consiste entre outras coisas

em responder a diversas perguntas: o enunciado contém a *função locutor*?, a quem se atribui essa função?, a quem se assimila o locutor?, quais são os diferentes pontos de vista expressos, quer dizer, quais são as diferentes *funções de enunciação* presentes no enunciado?, a quem se atribuem eventualmente essas funções?

Chamo *enunciadores* às origens dos diferentes pontos de vista que se apresentam no enunciado. Não são pessoas, mas “pontos de perspectiva” abstratos. O locutor mesmo pode ser identificado com alguns desses enunciadores, mas, na maioria dos casos, os apresenta guardando certa distância deles.²¹

Chama atenção nesta fala de Ducrot o fato de ele referir locutor e enunciador como funções. Com efeito, são estas mais algumas entidades teoricamente criadas para a descrição semântica de uma língua. Responder às perguntas lançadas por Ducrot significa recuperar, pela entidade concreta que é o enunciado produzido, as entidades semânticas abstratas inscritas no sistema lingüístico, aqui o *locutor* e os *enunciadores*, entidades estas que possibilitam a produção do enunciado. Além disso, quando Ducrot propõe essas funções de *locutor* e *enunciador*, fica mais uma vez evidente a argumentatividade da língua, já que o jogo encenado pelo locutor e seus enunciadores expressa qual é o ponto de vista assumido pelo locutor dentre aqueles que

²¹ Ducrot, 1988, p. 19-20 – tradução e grifos meus.

ele põe em cena no enunciado: isto é, esse jogo põe em evidência o que está sendo defendido pelo locutor, em que direção ele está argumentando.

Ainda que não explicitamente tratada pela *Teoria dos Blocos Semânticos*, a polifonia não me parece ter sido abolida da descrição semântica, uma vez que repetidas vezes tanto Carel quanto Ducrot, em seus últimos textos, fazem menção, na descrição de encadeamentos argumentativos, à posição assumida pelo locutor ao produzir encadeamentos do tipo de *donc* e de *pourtant*.

Tal qual os conceitos de *encadeamento argumentativo* e de *bloco semântico*, creio que a concepção polifônica do sentido possa ser expandida para a descrição semântica do *discurso*. Intuitivamente, percebe-se que todo discurso apresenta diversos pontos de vista, mas, em geral, há um posicionamento em defesa de uma dessas perspectivas. Ora, se é assim, a concepção polifônica poderá ser usada como um critério para descobrir o enunciador, o ponto de vista, com o qual o locutor do discurso se identifica, chegando, dessa forma, ao encadeamento que realiza esse ponto de vista e, conseqüentemente, ao bloco semântico atualizado pelo discurso.

Embora diferentemente do que proponho neste estudo²², a hipótese de utilizar a polifonia para a descrição semântica do discurso já foi assim formulada por Ducrot, em 1980,

todo enunciado [...] faz alusão à sua enunciação: desde que se fala, fala-se de sua fala. [...] Essa hipótese pode desempenhar um grande papel na descrição dos *encadeamentos de enunciados que constituem o discurso*. [É interessante], para compreender que dois enunciados sucessivos são ligados um com o outro, admitir que sua relação semântica concerne [...] não às informações que eles comunicam relativamente aos eventos do mundo, mas a este evento particular que constitui sua enunciação, vista através da imagem que dela dá o sentido do enunciado.²³

Diante da possibilidade de associação da *Teoria dos Blocos Semânticos* e da *Teoria da Polifonia* para a descrição semântica do *discurso*, vejo como viável propor, e esta é minha segunda hipótese interna, **HI2**, que *o valor semântico do texto, enquanto entidade abstrata subjacente aos discursos produzidos, pode ser descrito em termos de bloco, a partir do valor semântico dos discursos que realizam o texto, isto é, desde os encadeamentos argumentativos que atualizam os blocos semânticos previstos no sistema lingüístico.*

²² Se digo *diferentemente*, é porque, naquele momento da TAL, os conceitos de *enunciado* e *discurso* tinham uma configuração bem diversa da que assumem no contexto atual da Teoria.

²³ Ducrot, 1980, p. 40 – tradução e grifos meus.

A fim de tornar mais compreensível o conteúdo de HI2, impõe-se recuperar neste ponto o que os teóricos da TAL chamam de *valor semântico*.

Até o advento da *Teoria dos Blocos Semânticos*, Ducrot e Anscombe usavam a expressão *valor semântico* para designar o sentido do enunciado e a significação da frase, respectivamente. E diziam eles ser puramente arbitrária a escolha dos termos *sentido* e *significação* para nomear o valor semântico das entidades concretas e abstratas. Assim, *sentido* era o valor semântico das entidades concretas, o enunciado e o discurso, e *significação*, o valor semântico das entidades abstratas, a *frase* e o *texto*. Mais uma vez, uma oposição metodológica: *sentido* concebido como resultante da obediência às indicações, às instruções que concerniam à *significação*, sendo que ambos, *sentido* e *significação*, diziam respeito à orientação argumentativa dos segmentos ou de determinadas palavras no enunciado.

Ducrot, na obra em que diferencia explicitamente *texto* e *discurso*²⁴, propõe que o sentido do discurso, enquanto entidade concreta e complexa, contém o sentido de cada um dos enunciados que o compõem, e que essa proposta decorre da própria definição de *enunciado* como produto de um ato de enunciação, logo, como objeto de “empenhamento” por parte do locutor do discurso. No entanto, conforme o autor, há mais do que isso no sentido do discurso: a própria ordem segundo a qual os enunciados aparecem nele. Essa ordem é responsável pelo movimento e pela organização do discurso, possuindo também ela um valor semântico. Ducrot acrescenta, ainda, que não é a soma dos sentidos dos enunciados de um discurso que vai redundar no seu sentido global, já que a reunião de vários enunciados sugere, ou mesmo impõe, determinado sentido que pertence à totalidade do discurso e não a nenhum de seus enunciados em particular. Além disso, pode ocorrer que, numa seqüência de enunciados, o segundo imponha um outro sentido ao primeiro, já descrito, ou seja, que um enunciado posterior faça com que o(s) enunciado(s) anterior(es) passe(m) a ter um outro sentido, diferente daquele a ele(s) atribuído numa primeira leitura²⁵.

Independentemente de termos nessa obra o sentido como resultante de um processo argumentativo que ainda é colocado sob o prisma da justificação, da orientação do argumento para a conclusão, exclusivamente, me interesse por, pelo menos, três aspectos aí levantados por Ducrot. O primeiro, refere-se à possibilidade de

²⁴ Ducrot, 1984, p. 375-381.

²⁵ Para aprofundar esta última idéia de Ducrot, ver NEGRONI, 1998 e 2000.

atribuir ao discurso um sentido, isto é, de considerá-lo uma unidade semântica, uma entidade lingüística passível de descrição. O segundo, tem a ver com essa noção de que não é unicamente pela descrição de cada enunciado que compõe o discurso que se chega ao sentido dessa entidade complexa: há de se ter presente que a ordem em que são dispostos os enunciados num discurso não é fruto do acaso, mas é ela que mostra como o discurso foi organizado e, por isso, é também, senão somente ela, portadora de sentido. Ouso dizer, inclusive, que não é pela descrição semântica de cada enunciado sucessivamente que se vai construir o sentido de um discurso. Muitas vezes (é o que proporei mais adiante), um encadeamento argumentativo, no discurso, põe em relação vários enunciados, e é possível mesmo que tenhamos em um discurso um único encadeamento argumentativo realizado por subencadeamentos, estes pondo em relação vários enunciados: para mim, é aí que reside a complexidade dessa entidade lingüística concreta que é o *discurso*.

O terceiro aspecto abordado por Ducrot, e reforçado por Negroni²⁶, diz respeito ao fato de um enunciado posterior no discurso impor uma *reinterpretação* ao(s) enunciado(s) que o antecede(m). Creio que a relação entre os enunciados, ou melhor, de acordo com o que disse no parágrafo anterior, a relação entre os subencadeamentos que compõem o encadeamento argumentativo realizado pelo discurso não seja linear, do primeiro para o segundo e assim por diante, mas recursiva: o sentido do subencadeamento posterior pode redimensionar o sentido do(s) subencadeamento(s) anterior(es), redimensionando, conseqüentemente, o sentido do complexo encadeamento argumentativo que é o *discurso*.

De fato, ao se conceber o discurso como um encadeamento argumentativo que atualiza um bloco semântico, a recursividade e, portanto, a reinterpretação, se impõe pela própria noção de interdependência semântica que é constitutiva da definição de encadeamento: o sentido de um encadeamento complexo como o discurso se faz pela interdependência dos segmentos (no caso, os subencadeamentos) que o compõem, e essa interdependência reconfigura, redimensiona constantemente o sentido dos segmentos e o do encadeamento global.

²⁶ Negroni (2000, p. 91) propõe para o cálculo geral do sentido do discurso que se leve em consideração a *reinterpretação*, definida como a atribuição de uma segunda interpretação (s_1) para um enunciado E_1 ao qual já tenha sido atribuído um sentido s_1 no momento de sua enunciação e que é passível de ser desencadeada pelas instruções de releitura contidas na significação de certas palavras e conectores presentes em um enunciado E_2 . Dito de outro modo, para a construção do sentido global de um discurso, faz-se necessário considerar as possibilidades de reinterpretação de enunciados determinadas pela interpretação de enunciados posteriores.

Ainda na obra de 1984, Ducrot afirma que, em termos de valor semântico das entidades abstratas – a significação da frase e do texto –, nenhuma estrutura pode ser definida antes do discurso, o que tem por decorrência o fato de não ser possível atribuir um valor semântico à entidade abstrata complexa (o *texto*), ficando a *significação* restrita à *frase*, enquanto o *sentido*, como valor semântico das entidades concretas, pode ser atribuído tanto ao nível elementar da realização lingüística, portanto, ao *enunciado*, quanto ao nível complexo, cujo representante é o *discurso*.

Sou forçada a discordar de Ducrot neste ponto, pois entendo (agora em consonância com a versão mais recente da TAL) o valor semântico das entidades lingüísticas concretas, o sentido do enunciado e do discurso, como o encadeamento argumentativo realizado de acordo com a posição do locutor responsável pela enunciação dessas entidades. Dito isso, posso propor que o valor semântico das entidades lingüísticas abstratas, a significação da frase e do texto, corresponda ao bloco semântico unitário e indivisível previsto na língua e atualizado pela enunciação do discurso.

Voltando, então, ao conteúdo de HI2, direi que, para chegar à significação do texto, logo, ao bloco semântico, enquanto entidade abstrata subjacente aos encadeamentos argumentativos, deve-se partir da descrição do sentido global do discurso, isto é, da descrição semântica do encadeamento argumentativo que põe em relação, pelo discurso, o bloco semântico, este, por seu turno, constituindo o valor semântico da entidade lingüística igualmente abstrata de nível complexo que é o texto.

Tomando por base as hipóteses externas, oriundas da Teoria da Argumentação na Língua, e as duas hipóteses internas já formuladas, tenho condições de elaborar minha terceira hipótese interna, **HI3**: *o texto é um bloco semântico – como tal, inscrito no sistema lingüístico – realizado pelo encadeamento argumentativo complexo que é o discurso.*

Esta hipótese me permite construir o valor semântico, a significação, da entidade lingüística abstrata de nível complexo, o *texto*, a partir dos discursos que a realizam. Creio que seja perfeitamente possível descrever a significação dos textos de uma língua por meio da noção de *bloco semântico*, este como a relação de dois conceitos já previstos, já inscritos no sistema lingüístico. No entanto, para tornar HI3 mais clara e compreensível, preciso subdividi-la em hipóteses internas mais específicas, cuja re-união deverá resultar na comprovação desta terceira hipótese interna.

Nesse sentido, proponho que **HI3.1** assuma a seguinte forma: *o discurso, como encadeamento argumentativo complexo, é composto de subencadeamentos, estes igualmente argumentativos, já que compreendidos como a inter-relação semântica de um segmento-argumento e um segmento-conclusão.*

Se Carel e Ducrot usam a expressão *encadeamento argumentativo* para referir a argumentação realizada pelas palavras plenas e pelos enunciados de uma língua, ao pretender descrever a argumentação posta em cena pelo discurso e reconhecendo nele uma unidade semântica, preciso me valer dessa mesma expressão. Entretanto, não posso deixar de ver o discurso como um encadeamento argumentativo complexo, logo, composto de encadeamentos menores – estes do nível do enunciado ou mesmo das palavras plenas – que cumprem o papel de, ao se encadearem, revelar a totalidade do sentido do discurso.

Optei por chamar esses encadeamentos mais específicos constituintes do discurso de *subencadeamentos* por duas razões. Primeiro, por perceber neles uma unidade semântica semelhante àquela percebida pelos teóricos da TAL quando descrevem o sentido do enunciado. Digo semelhante, porque, para mim, no âmbito da descrição semântica do discurso, um subencadeamento pode não coincidir com os limites de um enunciado, mas pode congregar vários enunciados, uma vez que cada subencadeamento – composto de um ou vários encadeamentos, estes, agora, como a TAL os descreve atualmente – deverá, no mínimo, encadear-se com outro(s) até formar um dos segmentos (argumento ou conclusão) do encadeamento global que é o discurso. Desde essa perspectiva, precisei criar essa nomenclatura para diferenciar o subencadeamento da complexa estrutura semântico-argumentativa que é o encadeamento no nível do discurso.

Minha segunda razão para usar o termo *subencadeamento* diz respeito à sua função na descrição do sentido global do discurso. Concebendo um discurso como um sistema semântico organicamente estruturado, devo reconhecer que esse sistema se organiza por meio da inter-relação de suas partes, estas também reconhecidas como unidades, como sistemas. Por outras palavras, um discurso é um todo composto de partes inter-relacionadas, que, mesmo nessa interação, não perdem as propriedades que lhes possibilitam ser percebidas como unidades, mas que, simultaneamente, precisam ser compreendidas e descritas à luz de sua função de formar o todo. O subencadeamento

só é assim percebido por contribuir para a construção do encadeamento global que constitui o sentido do discurso.

Ao meu ver, a complexidade atribuída por Ducrot às entidades lingüísticas como o *texto* e o *discurso* deve-se justamente a essa intrincada rede de relações que formam semanticamente tais entidades e conferem a elas a configuração de unidade de sentido que qualquer falante é capaz de reconhecer e, alguns, de produzir.

Mas como chegar ao encadeamento argumentativo que põe em cena o sentido total do discurso? Penso que a concepção polifônica do sentido possa ser útil como critério para a identificação do encadeamento global do discurso, encadeamento este que se constitui na realização do bloco semântico que é o *texto*. Para tanto, formularei **HI3.2**: *o encadeamento argumentativo que expressa o sentido global do discurso expressa igualmente o ponto de vista (o enunciador) assumido pelo locutor desse discurso.*

Se o enunciado, conforme propõe a TAL, manifesta uma pluralidade de vozes, de pontos de vista postos em cena pelo locutor, no discurso isso me parece ainda mais evidente. Até mesmo pela seleção dos subencadeamentos e pela disposição destes para a configuração do encadeamento global, essa multiplicidade de pontos de perspectiva se faz notar.

Em sendo assim, e ao aceitar a proposta de Ducrot no que se refere à polifonia manifesta nas entidades concretas da realização lingüística, penso não ser possível identificar o encadeamento argumentativo que confere ao discurso uma unidade semântica se este não expressar o ponto de vista pelo qual o locutor desse discurso se responsabiliza.

Dito isso, creio que HI3, apoiada em HI1 e HI2 e servindo-se de HI3.1 e HI3.2, pode constituir-se em um mecanismo eficaz para a descrição do sentido dos discursos de uma língua. Entretanto, surge ainda uma pergunta: como segmentar um discurso D, isto é, um encadeamento argumentativo global, em subencadeamentos? Para responder a essa pergunta, preciso de mais uma hipótese interna. Formularei, então, **HI4**: *a segmentação do discurso em subencadeamentos é feita com base na condição de que os subencadeamentos assim se configurem por contribuírem para a constituição e a conseqüente interconexão dos segmentos argumento e conclusão os quais formam o encadeamento argumentativo complexo que expressa o sentido global do discurso.*

Eis uma hipótese cuja complexidade exige uma explicação também complexa.

Baseada no princípio estruturalista da relação, direi que um subencadeamento só se define como tal na sua relação com os demais subencadeamentos e com o encadeamento argumentativo global. Nesse sentido, um subencadeamento só será assim reconhecido quando, pelo menos, contribuir para a formação de um dos segmentos do encadeamento global, ou para sua interconexão. Por isso, a extensão de um subencadeamento é variável e não há como, de antemão, determiná-la. Um subencadeamento pode ser composto de um, de dois ou mais encadeamentos do nível do enunciado ou mesmo da palavra, dependendo sempre do papel que cumpre na constituição/organização do discurso enquanto encadeamento global. Como a descrição semântica das entidades lingüísticas de nível complexo tem por objetivo primeiro construir o encadeamento argumentativo global que expressa o sentido dessas entidades, e, derivando deste, construir a significação das entidades semânticas subjacentes, a estruturação do encadeamento argumentativo global é o elemento balizador para a configuração dos subencadeamentos como tais. Enfim, o subencadeamento só se define por oposição ao encadeamento global, só se constitui na medida em que é capaz de contribuir para a configuração dos segmentos argumento e/ou conclusão do encadeamento maior.

Em termos de entidades abstratas, o subencadeamento é assim definido por colaborar na explicitação de um ou dos dois conceitos que, em relação, constituem-se no *bloco semântico*, no *texto*, realizado pelo *encadeamento*, pelo *discurso*.

Com o desenvolvimento de HI4, creio ter construído a “máquina” capaz de descrever o sentido dos discursos produzidos com base em um determinado sistema lingüístico.

Acredito que as hipóteses internas aqui formuladas puderam, em primeiro lugar, corroborar as hipóteses externas advindas da Semântica Argumentativa e por mim selecionadas como pontos de vista sob os quais reconheci, no universo das produções lingüísticas, meus observáveis. Em segundo lugar, minhas HIs se constituíram engrenagens de um possível modelo teórico para a descrição semântica das entidades lingüísticas complexas de um sistema lingüístico.

Convém assinalar que nenhuma dessas hipóteses, quer externas, quer internas, poderá, ao meu ver, ser testada por outras pesquisas isoladamente, pois, como

bem o coloca Ducrot (1980), elas só têm sentido e só são capazes de operar sobre os fatos selecionados no sentido de descrevê-los e explicá-los se tomadas em conjunto e hierarquicamente colocadas como o foram aqui. Todas as hipóteses apresentadas neste estudo guardam entre si uma relação de interdependência, sendo que uma não tem existência própria sem as outras: não se pode, por exemplo, aceitar HI2 sem aceitar igualmente HI1 e todas as hipóteses externas que lhe servem de fundamento.

No intuito de testar esse conjunto das hipóteses internas (HI) para a descrição do sentido do discurso, como entidade lingüística concreta de nível complexo, passo à análise do discurso que segue, extraído de um livro didático de geografia destinado à 5ª série do Ensino Fundamental e aprovado pelo Plano Nacional do Livro Didático em 2005.

Nem todos os recursos que a natureza oferece ao ser humano podem ser aproveitados em seu estado natural. Quase sempre o ser humano precisa trabalhar para transformar os recursos naturais em bens capazes de satisfazer alguma necessidade humana. Toda ação ou atividade é um trabalho: desde o simples gesto de colher o fruto de uma árvore até a complicada operação de montar uma máquina.²⁷

Para segmentar esse discurso nos encadeamentos e subencadeamentos que, por sua vez, constituem seu encadeamento global, com base na HI 3.2 (*o encadeamento argumentativo que expressa o sentido global do discurso expressa igualmente o ponto de vista (o enunciador) assumido pelo locutor desse discurso*), utilizar-me-ei da análise polifônica.

Seja o enunciado (1):

(1): *Nem todos os recursos que a natureza oferece ao ser humano podem ser aproveitados em seu estado natural.*

O locutor de (1) atualiza os seguintes enunciadores:

E₁: a natureza oferece recursos ao ser humano

E₂: o ser humano pode aproveitar todos os recursos oferecidos pela natureza

²⁷ MOREIRA, 2002, p. 15.

E₃: alguns dos recursos oferecidos pela natureza não podem ser aproveitados em seu estado natural

A posição assumida pelo locutor L em (1) é a de aceitar E₁ e E₂ e identificar-se com E₃. Assim, o encadeamento argumentativo que expressa a posição assumida por L em (1) equivale a *recursos naturais oferecidos PT neg-aproveitamento de todos*.

Analisemos polifonicamente, agora, o enunciado (2):

(2) *Quase sempre o ser humano precisa trabalhar para transformar os recursos naturais em bens capazes de satisfazer alguma necessidade humana.*

Em (2) são atualizados por L os enunciadores:

E₄: o ser humano tem necessidades a serem satisfeitas

E₅: existem bens capazes de satisfazer necessidades humanas

E₆: o ser humano trabalha

E₇: os recursos naturais podem ser transformados pelo ser humano

E₈: é necessário transformar os recursos naturais oferecidos para satisfazer alguma necessidade humana

E₉: na maioria das vezes o ser humano precisa trabalhar para transformar os recursos naturais

E₁₀: recursos naturais transformados são bens capazes de satisfazer necessidades humanas

No que diz respeito à posição assumida por L em (2), direi que aceita E₄, E₅, E₆, E₇, E₈ e E₉ e assume E₁₀. Sendo assim, o encadeamento argumentativo que expressa a posição assumida por L em (2) é *recursos naturais transformados DC satisfação de necessidades humanas*.

Passemos à análise polifônica do enunciado (3):

(3) *Toda ação ou atividade é um trabalho: desde o simples gesto de colher o fruto de uma árvore até a complicada operação de montar uma máquina*

Os enunciadores postos em cena por L em (3) podem ser assim expressos:

- E₁₁: toda ação ou atividade é um trabalho
 E₁₂: colher o fruto de uma árvore é um simples gesto
 E₁₃: colher o fruto de uma árvore é um trabalho
 E₁₄: montar uma máquina é uma complicada operação
 E₁₅: montar uma máquina é um trabalho
 E₁₆: colher o fruto de uma árvore é mais simples do que montar uma máquina
 E₁₇: existem trabalhos simples e complicados

A atitude de L em relação aos enunciadores que mobiliza em (3) é a de aceitar E₁₂, E₁₃, E₁₄, E₁₅, E₁₆ e E₁₇ e assumir E₁₁. Dessa análise, tem-se que o encadeamento que expressa a atitude de L em (3) é algo como *ação DC trabalho*.

Ora, se assim o é, podemos agora testar o conteúdo de HI3.1 (*o discurso, como encadeamento argumentativo complexo, é composto de subencadeamentos, estes igualmente argumentativos, já que compreendidos como a inter-relação semântica de um segmento-argumento e um segmento-conclusão*), verificando quais são os subencadeamentos (SE) mobilizados por L para a constituição do sentido do discurso, isto é, para a configuração do encadeamento argumentativo global.

Retomemos os encadeamentos argumentativos (EA) que constituem o sentido dos enunciados (1), (2) e (3):

- EA₁: *recursos naturais oferecidos PT neg-aproveitamento de todos*
 EA₂: *recursos naturais transformados DC satisfação de necessidades humanas*
 EA₃: *ação DC trabalho*

O encadeamento EA₁ põe em relação os conceitos de *oferta e aproveitamento* – ou, nos termos de Carel (1998), o bloco semântico *oferta-aproveitamento* –, sob um aspecto transgressivo em *pourtant*, o que seria expresso por um encadeamento do tipo *oferta PT neg-aproveitamento*, que poderia ser atualizado na língua por um enunciado como *embora haja oferta, não há aproveitamento*.

EA₂ relaciona sob o aspecto normativo em *donc* os conceitos de *transformação* e *satisfação* – ou o bloco *transformação-satisfação* – e poderia ser realizado por um enunciado do tipo *a transformação possibilita a satisfação*.

Já o encadeamento EA₃ estabelece, novamente sob o aspecto normativo em *donc*, uma relação entre os conceitos *ação* e *trabalho* – o bloco *ação-trabalho* – e poderia ser expresso por um enunciado como *se há ação, há trabalho*.

Levando em consideração os encadeamentos atualizados por L para a constituição do discurso D e, considerando que D é uma entidade complexa, composta, portanto, pelas relações estabelecidas por L entre esses encadeamentos, é possível propor que tais relações sejam expressas por subencadeamentos (SE).

Torna-se interessante observar que o subencadeamento passa a ser uma ferramenta metodológica eficaz para a descrição do sentido do discurso, pois, por meio dela, é possível perceber a relação argumentativa que, com perdão da redundância, *encadeia* os encadeamentos de nível simples que constituem o sentido de cada enunciado, transformando-os em encadeamentos complexos (por isso, convencionei chamá-los *subencadeamentos*), já do nível do discurso, visto que põem em relação de interdependência argumentativa, em DONC ou em POURTANT, segmentos argumento e conclusão. Encadeamentos que constituem o sentido do enunciado assumem, então, no nível do discurso, o estatuto de segmentos-argumento ou segmentos-conclusão de um subencadeamento, um encadeamento argumentativo de nível complexo que constituirá o sentido do discurso e que, se o modelo aqui proposto puder dar conta da descrição de entidades lingüísticas concretas de nível complexo como o discurso, assumirão o estatuto de segmento-argumento ou segmento-conclusão do *encadeamento argumentativo global*, este responsável pela constituição do sentido global dos discursos de uma dada língua, na terminologia de Ducrot (1984), da *significação do texto*, como entidade lingüística abstrata de nível complexo pela qual se realizariam os discursos de uma língua.

Nessa direção, o sentido do discurso D é constituído pela relação de dois subencadeamentos, SE₁ e SE₂. SE₁ põe em relação os conceitos de *oferta*, *não-aproveitamento* e *transformação*, constituintes dos encadeamentos simples EA₁ e EA₂, transformando-se num encadeamento complexo, já do nível do discurso, algo como *oferta PT neg-aproveitamento DC transformação*. Entretanto, como o subencadeamento não resulta da soma dos encadeamentos do nível do enunciado, mas da relação

argumentativa existente entre eles, SE₁ seria algo como *oferta PT transformação*, em que *oferta*, segmento-argumento de EA₁, constituiria igualmente o segmento-argumento de SE₁, e o encadeamento normativo *neg-aproveitamento DC transformação*, advindo da relação argumentativa estabelecida entre EA₁ e EA₂, constituiria o segmento-conclusão de SE₁, mantendo-se neste o aspecto transgressivo em PT²⁸, o que confere a SE₁ a forma *oferta PT transformação*, realizado por um enunciado do tipo de *há oferta, no entanto há necessidade de transformação*.

Se o encadeamento EA₂ é *neg-aproveitamento DC transformação* e o encadeamento EA₃ é *ação DC trabalho*, e o locutor do discurso D afirma que *para transformar é preciso trabalhar*, a *ação* em questão é a de *transformar* os recursos que a natureza oferece para que possam ser aproveitados, logo, a *transformação* que constitui o segmento-conclusão de EA₂ passa a constituir o segmento-argumento de SE₂, e o *trabalho*, segmento-conclusão de EA₃, mantém-se como segmento-conclusão de SE₂ sob o aspecto normativo. Tem-se, então, o segundo subencadeamento argumentativo de D como SE₂: *transformação DC trabalho*, em que são postos em relação os conceitos de *transformação* (como *ação de transformar*) e *trabalho*, ou o bloco semântico *transformação-trabalho*, sendo expresso na língua por um enunciado como *se há transformação, há trabalho*.

Pela análise feita, foi possível comprovar parte da validade de minha quarta hipótese interna, **HI4**: *a segmentação do discurso em subencadeamentos é feita com base na condição de que os subencadeamentos assim se configurem por contribuírem para a constituição e a conseqüente interconexão dos segmentos argumento e conclusão os quais formam o encadeamento argumentativo complexo que expressa o sentido global do discurso*. Como se pôde notar, os subencadeamentos SE₁ e SE₂ formaram-se justamente da interconexão dos segmentos argumento e conclusão constituintes dos encadeamentos de nível simples EA₁, EA₂ e EA₃. Para fazer com que HI4 integre de forma eficaz a máquina da descrição do sentido do discurso, é preciso que a inter-relação desses subencadeamentos dê origem ao encadeamento argumentativo complexo responsável pela expressão do sentido global do discurso (ou,

²⁸ A manutenção do aspecto transgressivo pode ser brevemente justificada pela transformação de *neg-aproveitamento DC transformação* em sua forma recíproca *aproveitamento PT transformação* (não entrarei mais a fundo nessa noção de reciprocidade dos encadeamentos, devido aos limites impostos pela natureza deste artigo. Para maior detalhamento, ver Ducrot, 1988 – 5ª e 6ª conferências – e Ducrot, 2005).

no plano das entidades lingüísticas abstratas de nível complexo, dê origem à constituição do bloco semântico responsável pela constituição da significação do texto).

Retomando SE₁, *oferta PT transformação*, e SE₂, *transformação DC trabalho*, vemos que os conceitos postos em relação nesses subencadeamentos são os de *oferta*, *transformação* e *trabalho*. Se, como quer o locutor do discurso D, toda *transformação* pressupõe *ação* e toda *ação* pressupõe *trabalho* e ainda, conforme análise polifônica feita, L assume que nem tudo o que é oferecido pela natureza pode ser aproveitado sem transformação, parece oportuno propor que o segmento-conclusão do encadeamento argumentativo global (EAG) de D seja constituído pelo conceito de *transformação*, que reuniria em D os conceitos de *ação* e *trabalho*. Por outro lado, o conceito de que L lança mão para construir D é o conceito de *oferta*, pois o *não-aproveitamento* é decorrente da *oferta*, só o que é *oferecido* pode ou não ser *aproveitado*.

Se assim for, então SE₁ e SE₂, como prevê HI4, realmente constituem o sentido de EAG, a saber, *oferta PT transformação*, sendo que este encadeamento argumentativo global de D coloca em relação, sob o aspecto transgressivo, os conceitos de *oferta* e *transformação*, ou o bloco semântico *oferta-transformação*, que poderia ser expresso por um enunciado do tipo de *há oferta, no entanto é necessário transformação*. Resta saber a origem da constituição do sentido de EAG sob o aspecto transgressivo. Ora, no momento em que o locutor L mobiliza o conceito de *não-aproveitamento* relacionado normativamente ao conceito de *oferta* e, a seguir, mobiliza, novamente relacionado ao *não-aproveitamento*, o conceito de *transformação*, igualmente sob o aspecto normativo, configura transgressivamente EAG, pois, se houvesse *oferta* e *aproveitamento*, não haveria necessidade de *transformação*, donde a forma de EAG: *oferta PT transformação*.

Diante dessa análise, o sentido global do discurso D, descrito por EAG: *oferta PT transformação*, realmente coincide com a posição assumida por L frente aos enunciadores que atualiza em D, conforme previsto pelo conteúdo de minha hipótese interna **HI3.2**, ou seja, *o encadeamento argumentativo que expressa o sentido global do discurso expressa igualmente o ponto de vista (o enunciador) assumido pelo locutor desse discurso*. Dito de outro modo, o sentido global do discurso D coincide com o enunciador E₈, assumido pelo locutor L, a saber, E₈: *é necessário transformar os recursos naturais oferecidos para satisfazer alguma necessidade humana*, no interior do

qual se percebe nitidamente a relação argumentativa estabelecida por L entre os conceitos de *oferta* e *transformação* que constituem o encadeamento argumentativo global do discurso D.

Pela descrição semântica aqui efetivada, ficam comprovados também os conteúdos das hipóteses internas HI3 e HI3.1, que, para facilitar o trabalho do persistente leitor, retomo aqui:

HI3: *o texto é um bloco semântico – como tal, inscrito no sistema lingüístico – realizado pelo encadeamento argumentativo complexo que é o discurso.*

HI3.1: *o discurso, como encadeamento argumentativo complexo, é composto de subencadeamentos, estes igualmente argumentativos, já que compreendidos como a inter-relação semântica de um segmento-argumento e um segmento-conclusão.*

O conteúdo de HI3 ficou demonstrado no momento em que a análise apontou como bloco semântico fundador do sentido de D *oferta-transformação*, realizado pelo encadeamento argumentativo global de D *oferta PT transformação*. E o conteúdo de HI3.1 foi comprovado pela análise do discurso D, pois o sentido de D, como encadeamento argumentativo complexo, constituiu-se da inter-relação semântica de dois subencadeamentos, estes igualmente argumentativos, uma vez que também compostos, cada um, pela interdependência semântica de um segmento-argumento e um segmento-conclusão, derivados dos encadeamentos argumentativos de nível simples que constituíram o sentido de cada enunciado do discurso D.

Ainda, pela análise do discurso D, ficou comprovado o funcionamento, para a descrição do sentido de entidades lingüísticas concretas de nível complexo, das hipóteses internas HI1 e HI2:

HI1: *a Teoria da Argumentação na Língua (TAL) fornece mecanismos para a descrição de entidades lingüísticas complexas como o texto e o discurso.*

HI2: *o valor semântico do texto, enquanto entidade abstrata subjacente aos discursos produzidos, pode ser descrito em termos de bloco, a partir do valor semântico dos discursos que realizam o texto, isto é,*

desde os encadeamentos argumentativos que atualizam os blocos semânticos previstos no sistema lingüístico.

Creio não ser necessário tecer nenhum comentário a mais em relação à comprovação da pertinência dessas duas hipóteses como componentes do modelo teórico-metodológico para a descrição semântica dos discursos de uma dada língua, uma vez que foi possível a consecução da análise e, por meio dela, foi igualmente possível ter chegado à descrição do sentido do discurso D.

A construção da “máquina” aqui proposta, bem como a análise que ela possibilitou me fez compreender melhor a *complexidade* atribuída por Ducrot (1984) às entidades lingüísticas como o *texto* e o *discurso*. Embora o modelo criado por mim tenha como fundamentos versões mais recentes da *Teoria da Argumentação na Língua*, só agora faz plenamente sentido esse atributo *complexo* conferido por Ducrot, em 1984, ao *texto* e ao *discurso*: essa *teia* de inter-relações semântico-argumentativas que constitui desde os encadeamentos de nível simples, passando pelos subencadeamentos, até o encadeamento argumentativo global, responsável por conferir ao *discurso* o estatuto de unidade de sentido.

Obviamente, essa é apenas uma análise feita a partir do modelo criado e, por isso, insuficiente para demonstrar sua viabilidade e eficiência no que se refere à descrição do sentido de entidades lingüísticas concretas de nível complexo como os discursos de uma língua, mas é um primeiro passo e, como tal, indispensável à consecução dos próximos que serão responsáveis pelos ajustes necessários ao modelo, que, uma vez comprovada sua eficiência, poderá vir a contribuir para o aperfeiçoamento do processo de aprendizagem, não só da produção e recepção discursiva escrita, mas, inclusive, para a otimização do processo de formação de conceitos dos aprendizes, já que o domínio da língua escrita é requisito indispensável à aquisição e à produção de conhecimentos.

Referências bibliográficas

- ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. *La argumentación en la lengua*. Madrid: Editorial Gredos, 1994.
- AZEVEDO, Tânia Maris de. *Em busca do sentido do discurso: a semântica argumentativa como uma possibilidade para a descrição do sentido do discurso*. Caxias do Sul: EDUCS, 2006.
- CAREL, Marion. Argumentación normativa y argumentación exceptiva. In *Signo e Seña*, n. 9, p. 257-298, jun. 1998
- _____. L'argumentation dans le discours: argumenter n'est pas justifier. In *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 32, nº 1, p. 23-40, mar. 1997.
- DUCROT, Oswald. Los bloques semánticos y el cuadrado argumentativo. In CAREL, Marion, DUCROT, Oswald. *La semántica argumentativo: una introducción a la teoría de los bloques semánticos*. Buenos Aires: Ediciones Colihue, 2005.
- _____. Argumentação e “topoi” argumentativos. In GUIMARÃES, Eduardo (org.) *História e sentido na linguagem*. Campinas, SP: Pontes, 1989.
- _____. *Polifonia y argumentación* – conferencias del seminario Teoría de la Argumentación y Análisis del Discurso. Cali, Universidad del Valle, 1988.
- _____. *O dizer e o dito*. Campinas, SP: Pontes, 1987.
- _____. Enunciação. In *Enciclopédia EINAUDI: Linguagem-Enunciação*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984. V. 2, Linguagem – Enunciação, p. 368-393.
- _____. *Les mots du discours*. Paris: Minuit, 1980.
- NEGRONI, Maria Marta G.; TORDESILLAS, Marta (eds). Editorial: Estudios de semántica y pragmática – apuntes sobre la semántica integrada. In *Revista iberoamericana de discurso y sociedad*, Barcelona, v. 2, n. 4, 3-21, dez. 2000.
- _____. La negación metalingüística: argumentación, gradualidad y reinterpretación. In *Signo e Seña*, n. 9, p. 227-254, jun. 1988.
- MOREIRA, Igor. *Construindo o espaço: livro do professor*. São Paulo: Ática, 2002 – 5ª série.